

PROGRAMA DE AÇÃO DA LISTA A

Programa de ação da candidatura da Lista A para os órgãos dirigentes da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) para o triénio 2021-2024

Associativismo

- Consolidar a CPADA como parceiro social e representativa das ONGA, no âmbito nacional e internacional, perante a sociedade civil e o Estado;
- Dinamizar e mobilizar a sustentabilidade do movimento ambientalista;
- Contribuir para a afirmação das ONGA nos seus diversos domínios, formas de organização e âmbitos territoriais;
- Apoiar a consolidação das Associações confederadas e das não associadas;
- Promover reuniões com outras organizações da sociedade civil;
- Reforçar a representatividade nos Concelhos, Comissões e outros organismos em que a CPADA se encontra presente ou nomeia representantes;
- Assegurar a participação nos diversos fóruns para os quais a CPADA é ou deve ser chamada a representar os interesses ambientalistas, legal e/ou regulamentar e/ou legitimamente;
- Promover junto da APA a atualização do Regulamento de Representação das ONGA em Organismos Públicos;
- Monitorizar e intervir no âmbito do acompanhamento da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Conservação dos Ecossistemas e da Vida Selvagem

- Reforçar o papel ativo da CAPADA e das Associações confederadas nas questões da conservação nas áreas protegidas e classificadas, mas também fora destas áreas sempre que haja presença de valores naturais que possam estar em risco;
- Promover a proteção da paisagem e a utilização sustentável do território;
- Consolidar e promover a Agricultura Biológica como veículo da proteção ambiental, do bem-estar e saúde pública;

PROGRAMA DE AÇÃO DA LISTA A

-Promover o estatuto das Florestas enquanto produtoras de serviços do ecossistema essenciais à sobrevivência do Homem e das demais comunidades florísticas e faunísticas;

-Apoiar a dignificação do papel da fiscalização das questões ambientais pelo Estado;

-Pugnar pelo primado dos Direitos do animal como instrumento da dignificação da sua relação com a Humanidade;

-Apoiar o acompanhamento e regulamentação das atividades cinegéticas, na perspetiva da promoção da biodiversidade, através da regulação sustentável das populações e manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;

- Defender a Reserva Agrícola Nacional;

- Defender a Reserva Ecológica Nacional das áreas protegidas;

- Defender o encerramento das Centrais Nucleares Espanholas com impacto no território português.

Clima e Carbono

- Continuar a participar nas conferências sobre Alterações Climáticas promovidas pela Organização das Nações Unidas (COP);

- Defender que a transição energética e a descarbonização da economia sejam feitas com o menor impacto possível ao nível social e ao nível da conservação da Natureza e do equilíbrio com o sistema terrestre;

- Promover a proteção, conservação e recuperação dos sumidouros de carbono naturais.

Mobilidade Ativa

- Promover a mobilidade ativa, andar a pé e de bicicleta e promover a utilização do transporte público.

Património Cultural

- Contribuir para o reforço da salvaguarda do Património Cultural nos instrumentos de Política de Ambiente e Ordenamento do Território e políticas sectoriais

PROGRAMA DE AÇÃO DA LISTA A

(Agricultura, Floresta, Infraestruturas, Turismo e outras), junto da Administração Central e Desconcentrada, das autarquias e das próprias ONGA.

Acompanhamento das Atividades Humanas

- Acompanhar as políticas nacionais e comunitárias para a Agricultura, nomeadamente a Política Agrícola Comum e os seus instrumentos;
- Promover a integração dos princípios da Economia Circular e Bioeconomia nas estratégias, planos e programas de ação em matéria de política ambiental;
- Assegurar e acompanhar o cumprimento das metas comunitárias em matéria de gestão de resíduos em território nacional;
- Acompanhar a atividade industrial, para prevenir situações de poluição das águas, solos e ar, encaminhamento incorreto de resíduos e situações relacionadas com o Ordenamento do Território;
- Acompanhar a atividade turística de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos turísticos e evitando e prevenindo situações de construção de infraestruturas e de excesso de visitação que comprometam os valores naturais e da paisagem;
- Acompanhar a atividade da silvicultura intensiva, nomeadamente à base de eucaliptos, reconhecendo que esta atividade é causadora de graves problemas de incêndios rurais e de perda de biodiversidade em vastas áreas do país.
- Acompanhar a atividade da agricultura intensiva enquanto forte agente de alterações do uso do solo e da água, e enquanto grande consumidor de fatores de produção de elevada pegada carbónica.
- Promover na página da CPADA um mecanismo online de alerta para atentados ambientais e patrimoniais;
- Reestruturar a atividade do Conselho Executivo;
- Revitalizar o Conselho Geral;
- Formalizar uma parceria com a Propública Direito e Cidadania em apoio jurídico das causas ambientais e apoio à estruturação das ONGA.

Lisboa, 7 de Maio de 2021

A Lista A